



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 468**, ADOTADA E PUBLICADA EM 31 DE AGOSTO DE 2009, QUE “DISPÕE SOBRE A TRANSFERÊNCIA DE DEPÓSITOS JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS PARA A CAIXA ECONÔMICA FEDERAIS”:

| CONGRESSISTAS | EMENDA N°S |
|--|--------------------------|
| Deputado ANTONIO CARLOS. M. THAME-PSDB | 007 |
| Deputado IVAN VALENTE - PSOL | 006. |
| Deputado RONALDO CAIADO -DEM | 001, 002, 003, 004, 005. |

SSACM

TOTAL DE EMENDAS: 007

MPV - 468

00001

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | |
|------|---|
| Data | Proposição Medida Provisória nº 468/09 |
|------|---|

| | |
|---------------------------------------|------------------|
| autor Dep. Ronaldo Caiado - DEM/GO | Nº do prontuário |
|---------------------------------------|------------------|

| | | | | |
|---------------------------------------|--|--|--|---|
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva | 2. <input type="checkbox"/> substitutiva | 3. <input type="checkbox"/> modificativa | 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva | 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global |
|---------------------------------------|--|--|--|---|

| | | | | |
|--------|--------|-----------|--------|--------|
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | Alínea |
|--------|--------|-----------|--------|--------|

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

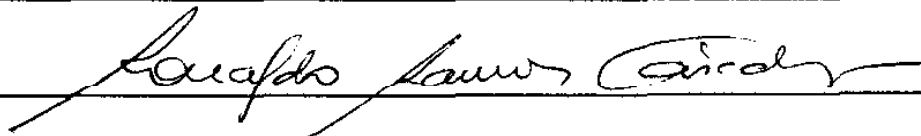
Suprima-se o § 2º do art. 1.º desta MP.

Justificativa

A administração Pública deve agir sempre consubstanciada nos princípios da legalidade e moralidade. No caso em destaque, houve irregularidade na destinação de verbas públicas, tendo em vista, que todos os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais deveriam ser efetuados única e exclusivamente na Caixa Econômica Federal, conforme dispõe a Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998.

Desta forma, o § 2º da presente proposição estabelece que somente a partir da transferência à Caixa Econômica Federal, aplicam-se aos depósitos judiciais e extrajudiciais referidos os procedimentos previstos na Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998. Este dispositivo, cria interpretação dúbia quanto a aplicabilidade da lei referida. É notório, data venia, que abrir este precedente, terá por consequência a hermenêutica de que o princípio da legalidade pode ser flexibilizado e sanado posteriormente com uma medida provisória e por conseguinte a não reparação de todos os prejuízos decorrentes do descumprimento dos preceitos legais.

PARLAMENTAR



MPV - 468

00002

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | |
|--------------------|---|
| data 02/09/2009 | Proposição Medida Provisória nº 468/2009 |
|--------------------|---|

| | |
|---|------------------|
| Autor Deputado Ronaldo Caiado - DEM/GO | Nº do prontuário |
|---|------------------|

| | | | | |
|--|--|--|--|---|
| 1. <input type="checkbox"/> supressiva | 2. <input type="checkbox"/> substitutiva | 3. <input type="checkbox"/> modificativa | 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva | 5. <input type="checkbox"/> substitutivo global |
|--|--|--|--|---|

| | | | | |
|--------|-----------|--------------|--------|--------|
| Página | Artigo 1º | Parágrafo 3º | Inciso | Alínea |
|--------|-----------|--------------|--------|--------|

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

O art. 1º da Medida Provisória nº 468/2009 passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

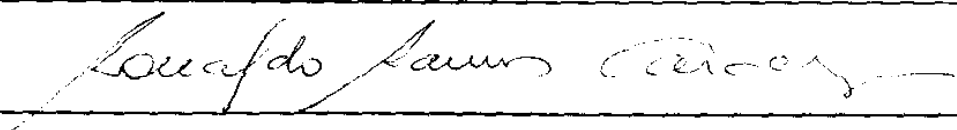
“§ 3º No prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação desta Lei, a Caixa Econômica Federal deverá prestar informações, relativas aos valores e respectivos acréscimos de juros recebidos em depósito e transferidos à Conta Única do Tesouro Nacional, identificando as respectivas instituições financeiras nas quais os valores estavam depositados, à Comissão mista permanente a que se refere o §1º do art. 166 da Constituição e ao Tribunal de Contas da União para fins de análise da regularidade das operações.”

JUSTIFICAÇÃO

A Exposição de Motivos do Poder Executivo alega que a medida “visa disciplinar o assunto, em face da constatação da existência de valores dos depósitos judiciais tributários que foram efetuados em outras instituições financeiras que não a Caixa Econômica Federal” e que a “urgência e a relevância da medida se justificam pela necessidade de se buscar fontes alternativas de recursos financeiros para o Tesouro Nacional, de forma a compensar parte da perda de arrecadação já verificada neste exercício”. Entretanto, o Poder Executivo não informou o valor dos recursos e muito menos em quais instituições financeiras eles encontram-se depositados.

Para tornar transparente o procedimento estabelecido pela MP 468/09, propomos que, na forma da presente Emenda, a Caixa Econômica Federal preste informações à Comissão mista permanente a que se refere o §1º do art. 166 da Constituição (Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO) e ao Tribunal de Contas da União relativas aos valores e respectivos acréscimos de juros recebidos em depósito e transferidos à Conta Única do Tesouro Nacional, identificando as respectivas instituições financeiras nas quais os valores estavam depositados, à Comissão mista permanente a que se refere o §1º do art. 166 da Constituição e ao Tribunal de Contas da União para fins de análise da regularidade das operações.

PARLAMENTAR



MPV - 468

00003

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | |
|------|--|
| Data | Proposição Medida Provisória nº 468/09 |
|------|--|

| | |
|--|------------------|
| autor Dep. Ronaldo Caiado - DEM/GO | Nº do prontuário |
|--|------------------|

| | | | | |
|---------------------------------------|--|--|--|---|
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva | 2. <input type="checkbox"/> substitutiva | 3. <input type="checkbox"/> modificativa | 4. <input checked="" type="checkbox"/> Aditiva | 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global |
|---------------------------------------|--|--|--|---|

| | | | | |
|--------|--------|-----------|--------|--------|
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |
|--------|--------|-----------|--------|--------|

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se no art. 1.º desta MP o seguinte parágrafo:

Art. 1º

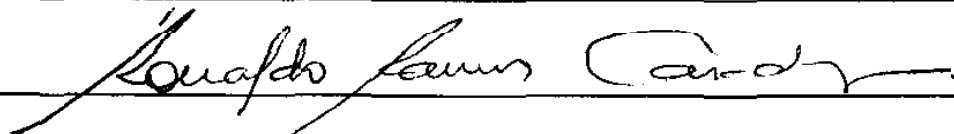
§ Os agentes públicos e os dirigentes das instituições financeiras que agirem em descumprimento ao estabelecido neste artigo reponderão civil e criminalmente pela prática destes atos.

Justificativa

A administração Pública deve agir sempre consubstanciada nos princípios da legalidade e moralidade. No caso em destaque, houve irregularidade na destinação de verbas públicas, tendo em vista, que todos os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais deveriam ser efetuados única e exclusivamente na Caixa Econômica Federal, conforme dispõe a Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998.

Desta forma, é preciso que a lei seja clara e estabeleça as sanções civis e criminais aos agentes públicos e os dirigentes das instituições financeiras que não cumprirem com as regras, tendo em vista, o precedente ocorrido com relação a Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998.

PARLAMENTAR



MPV - 468

00004

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | |
|------|--|
| Data | Proposição Medida Provisória nº 468/09 |
|------|--|

| | |
|--|------------------|
| autor Dep. Ronaldo Caiado - DEM/GO | Nº do prontuário |
|--|------------------|

| | | | | |
|---------------------------------------|--|--|--|---|
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva | 2. <input type="checkbox"/> substitutiva | 3. <input type="checkbox"/> modificativa | 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva | 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global |
|---------------------------------------|--|--|--|---|

| | | | | |
|--------|--------|-----------|--------|--------|
| Página | Artigo | Parágrafo | Inciso | alínea |
|--------|--------|-----------|--------|--------|

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Inclua-se no art. 1.º desta MP o seguinte parágrafo:

Art. 1º

§ As instituições financeiras, que anteriormente ou em desacordo com a Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998 receberam depósitos a que se refere o caput, encaminharão à Caixa Econômica Federal todos os demonstrativos que comprovem o recebimento e repasse destes recursos a Conta Única do Tesouro Nacional.

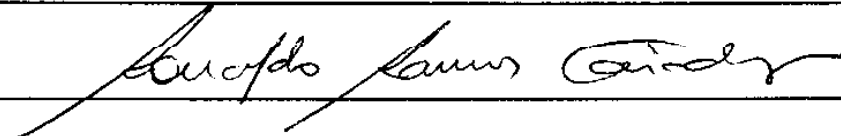
Justificativa

A administração Pública deve agir sempre consubstanciada nos princípios da legalidade e moralidade. No caso em destaque, houve irregularidade na destinação de verbas públicas, tendo em vista, que todos os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais deveriam ser efetuados única e exclusivamente na Caixa Econômica Federal, conforme dispõe a Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998.

Assim, o encaminhamento de todos os demonstrativos irão comprovar o recebimento e repasse dos referidos recursos à Conta Única do Tesouro Nacional.

Por fim, a presente emenda garante uma maior transparência das operações que envolvem recursos públicos.

PARLAMENTAR



MPV - 468

00005

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | |
|------|---|
| Data | Proposição Medida Provisória nº 468/09 |
|------|---|

| | |
|---------------------------------------|------------------|
| autor Dep. Ronaldo Caiado - DEM/GO | Nº do prontuário |
|---------------------------------------|------------------|

| | | | | |
|---------------------------------------|--|--|--|---|
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva | 2. <input type="checkbox"/> substitutiva | 3. <input type="checkbox"/> modificativa | 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva | 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global |
|---------------------------------------|--|--|--|---|

| | | | | |
|----------------------|--------|-----------|--------|--------|
| Página | Artigo | Parágrafo | Inclso | alínea |
| TEXTO / JUSTIFICAÇÃO | | | | |

Inclua-se no art. 1.º desta MP o seguinte § 3º:

Art. 1º

§ 3º Os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais realizados em outras instituições financeiras que não a Caixa Econômica Federal, em desacordo com a Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998, serão efetuados acrescidos de juros, atualização monetária e todos os rendimentos provenientes dos referidos recursos.

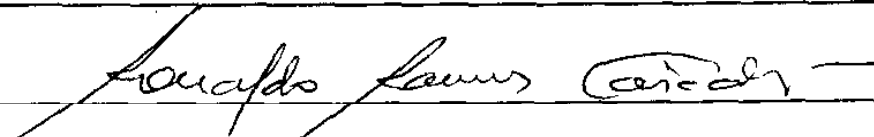
Justificativa

A administração Pública deve agir sempre consubstanciada nos princípios da legalidade e moralidade. No caso em destaque, houve irregularidade na destinação de verbas públicas, tendo em vista, que todos os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais deveriam ser efetuados única e exclusivamente na Caixa Econômica Federal, conforme dispõe a Lei nº 9.703, de 17 de novembro de 1998.

Ainda, não é moral que estes recursos tenham sido destinados a outras entidades financeiras, inclusive, com a possibilidade de rendimentos, sem incidência de juros e atualização monetária e recuperação dos rendimentos em razão destes recursos. Resta claro, que se houvesse o cumprimento da lei e a devida fiscalização por parte do governo, estes valores estariam imediatamente depositados na Conta Única do Tesouro Nacional e teriam aproveitamento do custo oportunidade, verbi gratia, com aplicação dos rendimentos na seara social do nosso país, carente de investimentos em áreas como educação, saúde, segurança pública, dentre outras.

Por fim, é essencial adequar a legislação de maneira que os depósitos efetuados irregularmente não tragam mais prejuízo ao erário público brasileiro.


PARLAMENTAR



MPV - 468

00006

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | | | | |
|---|-----------|--|--------|--------|
| data 02/09/2009 | | proposição Medida Provisória nº 468 / 2009 | | |
| autor Deputado Ivan Valente – PSOL/SP | | nº do prontuário 000359 | | |
| 1. <input type="checkbox"/> Supressiva 2. <input type="checkbox"/> Substitutiva 3. <input type="checkbox"/> Modificativa 4. * <input type="checkbox"/> Aditiva 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global | | | | |
| Página | Artigo 1º | Parágrafo 3º | Inciso | alínea |
| TEXTO / JUSTIFICAÇÃO | | | | |
| <p>Acrescenta-se § 3º ao artigo 1º da Medida Provisória 468/2009:</p> <p>Art. 1º.....</p> <p>§ 3º Os depósitos de que trata o caput serão gastos, no mesmo exercício, nas finalidades previstas para seus respectivos tributos e contribuições federais, vedada a sua utilização para compor o superávit primário da União.</p> <p style="text-align: center;">Justificativa</p> <p>A presente emenda impede que os recursos dos depósitos judiciais e extrajudiciais sejam utilizados para fazer superávit primário ou para o pagamento da dívida pública, garantindo-se a destinação legal de tais recursos para as áreas sociais.</p> | | | | |
| PARLAMENTAR | | | | |
|  | | | | |

MPV - 468

CONGRESSO NACIONAL

00007

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

| | |
|--------------------|---|
| data 07/09/2009 | proposição Medida Provisória nº 468, de 31 de agosto de 2009 |
|--------------------|---|

| | |
|---|-------------------------|
| autor Deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) | nº do prontuário 332 |
|---|-------------------------|

| | | | | |
|---------------------------------------|--|--|--|---|
| 1 <input type="checkbox"/> Supressiva | 2. <input type="checkbox"/> substitutiva | 3. <input type="checkbox"/> modificativa | 4. <input checked="" type="checkbox"/> aditiva | 5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global |
|---------------------------------------|--|--|--|---|

| | | | | |
|----------------------|------|-----------|--------|--------|
| Página | Art. | Parágrafo | Inciso | Alínea |
| TEXTO / JUSTIFICAÇÃO | | | | |

Acrescente-se o § 3º no artigo 1º da Medida Provisória n.º 468, de 31 de agosto de 2009, com a seguinte redação:

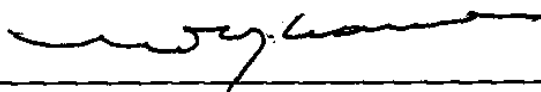
"Art. 1º.....

§ 3º - Os depositantes deverão ser informados, via correspondência a eles dirigida, sobre os valores dos depósitos e a data das transferências, conforme estabelecido no caput."

JUSTIFICAÇÃO

Para que haja melhor controle e um acompanhamento preciso desses recursos, é necessário que os depositantes estejam cientes desses novos procedimentos que estão sendo adotados por meio da MP 468/2009, em relação à Lei n.º 9.703, de 17 de novembro de 1998, que dispõe sobre os depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos e contribuições federais.

PARLAMENTAR



Publicado no DSF, de 09/09/2009

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília-DF

(OS: 16125/2009)